



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO**

NYEDJA NARA FURTADO DE ABRANTES

**VIVÊNCIAS HOMOFÓBICAS DE PROFESSORES HOMOSSEXUAIS EM SEUS
AMBIENTES DE TRABALHO**

**CAJAZEIRAS/PB
2014**

NYEDJA NARA FURTADO DE ABRANTES

**VIVÊNCIAS HOMOFÓBICAS DE PROFESSORES HOMOSSEXUAIS EM SEUS
AMBIENTES DE TRABALHO**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande/PB – Campus Cajazeiras/PB, como requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Rômulo Feitosa Nogueira.

**CAJAZEIRAS/PB
2014**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

A161v Abrantes, Nyedja Nara Furtado de
Vivências homofóbicas de professores
homossexuais em seus ambientes de trabalho. / Nyedja
Nara Furtado de Abrantes. Cajazeiras, 2014.
59f. : il.
Bibliografia.

Orientador(a): José Rômulo Feitosa Nogueira.
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Psicologia educacional e homossexualidade. 2. Professores homossexuais. 3. Homofobia – ambiente de trabalho. I. Nogueira, José Rômulo Feitosa. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU –37.015.3:613.885

NYEDJA NARA FURTADO DE ABRANTES

VIVÊNCIAS HOMOFÓBICAS DE PROFESSORES HOMOSSEXUAIS EM SEUS
AMBIENTES DE TRABALHO

DATA DE APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

PROF^o. DR^o. JOSÉ RÔMULO FEITOSA NOGUEIRA
ORIENTADOR/UFCG-CFP-UAE

PROF^a. DR^a. LUISA DE MARILLAC RAMOS SOARES
EXAMINADORA/UFCG-CFP-UAE

PROF^a. MS. BELIJANE MARQUES FEITOSA (UFCG)
EXAMINADORA - UFCG-CFP-UAE

PROF^a. DR^a. ERLANE AGUIAR FEITOSA DE FREITAS
SUPLENTE/UFCG-CFP-UAE

CAJAZEIRAS/PB
2014

Com muito carinho ao meu pai (in memoriam), que se estivesse entre nós estaria feliz por essa conquista, e a minha mãe pelo apoio constante.

Dedico

Agradecimentos

À Deus, por permitir sentir sua presença em todos os momentos, principalmente, nos mais difíceis da elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador, professor José Rômulo Feitosa, que nesta trajetória transmitiu a tranquilidade que precisava para o desenvolvimento deste trabalho, além das orientações que serviram de reflexão e crescimento acadêmico.

À Cristiano Fontes, meu esposo, pela paciência e disponibilidade em ajudar quando mais precisei.

A minha querida mãe, Dona Tetê, que sempre preocupada, não absteve-se de seus cuidados a mim do início dessa trajetória até aqui.

Aos meus irmãos, Porcina, Niedjanio, Nadja e Naedja pelo incentivo, e por sempre acreditarem na minha capacidade de vencer os obstáculos.

Aos colaboradores desta pesquisa, que acessíveis e cheios de histórias para contar fizeram-me apaixonar ainda mais pelo tema que escolhi pesquisar.

À todos os professores da Unidade Acadêmica de Educação – Campus Cajazeiras-PB. Cada um de vocês contribuiu para o crescimento e construção da minha identidade profissional.

Às professoras Luisa de Marillac Ramos Soares, Erlane Aguiar Feitosa de Freitas e Belijane Marques Feitosa, que aceitaram o convite e se dispuseram a participar da banca examinadora.

Às colegas que se fizeram amigas nesta trajetória acadêmica: Maria Thais, Natália Dantas, Mayrla Marla, Ana Maria Pereira, Kamilla Ferreira, Talita Ribeiro, e demais amigas de sala. Cada uma marcou significativamente esta etapa da minha vida. Conseguimos criar laços fortes de amizade, fizemos histórias, trocamos experiências e crescemos juntas ao longo desta jornada. Vocês nunca serão esquecidas.

Ao meu primo querido, Euriberto Furtado, por incentivar-me a voltar a estudar, acreditar que era capaz, quando tudo parecia impossível.

Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é muito pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade sobre o outro. Deveríamos criar uma relação entre as pessoas da qual estivessem excluídas a tolerância e a intolerância.

José Saramago

RESUMO

Este trabalho consistiu em analisar as vivências de professores homossexuais diante das ações homofóbicas em seus ambientes de trabalho. Deste modo, buscou-se averiguar os possíveis obstáculos encontrados pelos professores para assumir a homossexualidade no âmbito educacional, identificar as reações e sentimentos destes diante de casos de homofobia, procurando investigar se as vivências homofóbicas estão interferindo na auto realização profissional. Tomando como base os princípios da pesquisa descritiva, com ênfase na abordagem quanti-qualitativa, este trabalho desenvolveu um diálogo entre os resultados e estudos teóricos que abordam o tema em questão. O instrumento de coleta utilizado foi um questionário de vinte e duas questões aplicado com vinte professores homossexuais da rede pública de ensino (Fundamental, Médio e Superior), nas cidades de Sousa e Cajazeiras, localizadas no Alto Sertão da Paraíba. Dentre os principais resultados constatou-se que a homofobia está presente no ambiente de trabalho dos sujeitos investigados, porém, estes conseguem, de certa forma, superá-la. Observa-se que o assumir homossexual não é uma tarefa fácil, uma vez que os sujeitos, apesar de não se sentirem excluídos, se comportam silenciando a orientação sexual no ambiente escolar. As vivências homofóbicas não interferem na auto realização profissional dos sujeitos investigados, e nem é um empecilho às vivências pessoais e profissionais. Contudo, fica evidente a necessidade de uma problematização mais apurada sobre a homofobia na escola, uma vez que a ausência destes discursos pode vir a ser a causa das estigmatizações sofridas por estes sujeitos. Conclui-se que o acolhimento da escola e da família é imprescindível para contribuir na amenização das discriminações e preconceitos contra os sujeitos homossexuais inseridos nestes ambientes.

Palavras-chave: Professores homossexuais. Homofobia. Ambiente de trabalho

ABSTRACT

This work tries to analyze the experiences of homosexual teachers before homophobic actions in their work environments. Therefore, we ascertained the possible obstacles encountered by teachers to assume the homosexuality in their educational contexts, as well as to identify the reactions and feelings theirs on these cases of homophobia, seeking to investigate whether homophobic experiences are interfering in professional self-fulfillment. Based on the principles of descriptive research, with an emphasis on quantitative and qualitative approach, this work developed a dialogue between the results and theoretical studies that address the theme in question. The collection instrument was a questionnaire of twenty-two questions applied with twenty homosexual teachers from public schools (Primary, Secondary and Higher education), in the cities of Sousa and Cajazeiras, located in the Dry Backlands of Paraíba state. Among the main results, we found that homophobia is present in the work environment of the investigated teachers, but they manage to overcome it somehow. It was noted that to assume the homosexuality is not an easy task, once the subjects behave silencing the sexual orientation in school environment, despite not feel excluded. Homophobic experiences do not interfere in the professional self-realization of the investigated teachers, and do not obstruct their personal and professional experiences. However, it is evident the need for a more favorable problematization about school homophobia, since the absence of these speeches might be the cause of stigmatization suffered by these educators. We conclude that the acceptance of the family and of school is essential to contribute in the decrement of discrimination and prejudice against the homosexual teachers inserted in these environments.

Keywords: Homosexual teachers. Homophobia. Work environment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Possíveis obstáculos encontrados pelos professores homossexuais para assumirem suas homossexualidades no ambiente de trabalho.....	38
TABELA 2 – Participação dos professores homossexuais nos movimentos contra a homofobia.....	39
TABELA 3 – Como o sentimento e o comportamento homofóbico de outrem afeta os sentimentos dos professores homossexuais.....	40
TABELA 4 – Influências familiares na vida do professor homossexual.....	41
TABELA 5 – Reações do professor homossexual a comportamentos homofóbicos no ambiente de trabalho.....	42
TABELA 6 – Auto realização profissional de professores homossexuais frente a vivências homofóbicas no ambiente de trabalho.....	44

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CNCD - Conselho Nacional de Combate a Discriminação

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

ONU - Organização das Nações Unidas

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais

SSP - Statistical Package for Social Sciences

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - SEXUALIDADE: DISCURSOS ATRAVÉS DOS SÉCULOS.....	13
1.1 A homossexualidade: algumas considerações.....	20
1.2 A homofobia: contextualização.....	24
1.3 A homofobia no contexto escolar.....	29
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO.....	35
CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES.....	53
Apêndice A - Termo Livre de Consentimento	
Apêndice B - Questionário aplicado aos professores investigados	

INTRODUÇÃO

Os discursos sobre homofobia na escola têm ocorrido com mais frequência nos dias atuais, porém, quando voltados para a homossexualidade ainda se constituem uma discussão tímida e atenuante. A incidência sobre as vivências de professores homossexuais em seus ambientes de trabalho também não tem sido relevante nos estudos e pesquisas acadêmicas.

Assim, tornar-se um desafio trazer essa temática, visto que a homofobia é tratada muitas vezes apenas relacionada aos educandos homossexuais no espaço escolar, e aos discursos sobre as diferenças sexuais e de gênero ainda silenciados.

Tratando-se do homossexual, sujeito “tolerado” (LOURO, 2009) por desviar-se da sexualidade normal (a heterossexualidade), muitas vezes, este acaba sendo condicionado a participar do jogo coercitivo em ocultar a orientação sexual, diante de uma sociedade normativa que, historicamente, subjuga identidades sexuais como desviante e anormal. Por outro lado, esse jogo possibilita a luta contra a segregação e estigmatizações, quando se percebe discussões e militância na sociedade sobre direitos humanos e de igualdade a todos.

O sexismo e a homofobia partilhados entre os apologistas da legítima identidade sexual (a heterossexualidade) foram constituídos por uma sociedade que carregou diversas configurações históricas sobre sexualidade. O discurso sobre esta, ora livre, ora controlada e prolixa ao longo dos séculos catalogou o que podia ou não diante das práticas sexuais.

O interesse em estudar a temática surgiu a partir de reflexões e questionamentos antes mesmo do convívio acadêmico, sobre as distintas formas dos sujeitos manifestarem suas sexualidades. No primeiro período do curso de Pedagogia, a disciplina Metodologia Científica fomentou também o interesse nesta temática, pois, a escolha do tema da primeira pesquisa abordou a relação de educandos homossexuais com a escola.

A partir disso, a inquietação se tornou intensa, quando tornou-se visível comportamentos homofóbicos em espaços públicos, inclusive, na escola. Tal fato contribuiu para o anseio de retomar essa problemática a professores, visto estes também estarem presentes neste espaço. Sobretudo, para compreender como estes

lidam com atitudes homofóbicas, como se sentem, reagem e conseguem construir a auto realização profissional diante destas.

Assim, este estudo buscou analisar as vivências de professores homossexuais, diante da homofobia no âmbito educacional. Deste modo, averiguou os possíveis obstáculos encontrados para estes assumir a homossexualidade, as suas reações e sentimentos diante de casos de homofobia, procurando investigar se as vivências homofóbicas estão interferindo na auto realização profissional.

Tomando como base os princípios da pesquisa descritiva com ênfase na abordagem quanti-qualitativa, este trabalho realizou um diálogo entre os resultados e estudos teóricos que abordam o tema. A abordagem deste tema tornou-se relevante quando traz reflexões sobre os atos homofóbicos, e diante destas, a possibilidade de surgirem estratégias que amenizem a segregação de professores no ambiente de trabalho por serem homossexuais.

Portanto, no primeiro capítulo deste trabalho buscou-se apresentar um breve histórico sobre a sexualidade e seus discursos através dos séculos; algumas considerações sobre a homossexualidade, seguido da explanação sobre o conceito de homofobia, e sua ocorrência no contexto escolar. No segundo capítulo buscou-se apresentar a metodologia do trabalho, e no terceiro a descrição dos dados e um diálogo em torno dos resultados e estudos teóricos dessa temática.

CAPÍTULO I - SEXUALIDADE: DISCURSOS ATRAVÉS DOS SÉCULOS

Os discursos sobre sexo e sexualidade sempre perpassaram as sociedades ao longo dos tempos. Mesmo que antigos, percebe-se ainda não existir uma liberdade em discorrer sobre tal enredo, sem que haja demonstração de dificuldades, embora, como expressa Heilborn (1999, p. 56) “Falar de sexualidade, em certo sentido, passou a provocar menos constrangimento”.

A sociedade ocidental, que historicizou a sexualidade, passou a vê-la de diversas formas, através dos diversos discursos e configurações de cada época. Para Foucault (2013, p. 116) “A sexualidade é nome que se pode dar a um dispositivo histórico: [...]”. Pois, na medida em que os discursos foram a envolvendo surgiam os conceitos através de uma série de mecanismos que precisou ser silenciados, e ao mesmo tempo, enunciados ao longo dos séculos.

Como ressalta Torres (2013, p. 20) “Devemos lembrar que as configurações sociais interferem no modo como aprendemos a apreciar ou a depreciar comportamentos”. Nesse sentido, percebe-se que cada época marcou a sexualidade da sua forma, como uma construção evolutiva e, concomitantemente involutiva, quando se pensa no heterossexismo inserido na sociedade, este que é para Borrillo (2009, p. 20). “o sistema a partir do qual uma sociedade organiza um tratamento segregacionista segundo a orientação sexual [...]”.

Para compreender como os conceitos sobre sexualidade foram construídos e como as relações de poder os envolveram, baseados nas ideias de Foucault, faz-se necessário um regresso ao século XVII, que para este, “[...]: seria o início de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, [...]”. Por outro lado, Foucault (2013, p. 9) mostra que nesse mesmo período parece que:

As práticas não procuravam segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se como ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseira, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX.

Nessa ambivalência de discurso, por base nas teorizações de Foucault, o “falar” de sexo surgiria, gradativamente, no século XVII a XVIII vindo a ser

controlado pelas forças da igreja cristã e do Estado, sendo incessante a ambos trabalhar para ordem moral, econômica e social das sociedades.

Ao mesmo tempo em que procurava o mutismo do discurso sobre o sexo, criava-se um protótipo de não estabelecer essa mudez. Pois, segundo Foucault, (2013, p. 27) “a pastoral cristã inscreveu, [...] a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra”. Falar sobre sexo era interdito pelo interesse de regular e controlar os discursos, estes deveriam ser censurados para manter decorosamente a moral. Sendo uma regra instituída a todo bom cristão (FOUCAULT, 2013).

O discurso de Foucault em torno da sociedade ocidental torna compreensível quando remete a interdição do sexo nesse período, como uma lei para ordenar e demarcar o “tudo deve ser dito” sobre o sexo. Mas, de uma forma que, os interesses implícitos dessa enunciação pudessem, segundo Foucault (2013, p. 31). “[...] gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo”.

Para este autor, no século XVIII surge a ampliação ainda mais do discurso sobre o sexo, afinal, havia a necessidade de inseri-lo em todas as partes da sociedade para a regulação das práticas sexuais. Tal fato surgia pelo que ditasse o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, sobre cada fenômeno apresentado. Estes discursos produziram a regulação das práticas sexuais; a forma correta como os casais deveriam se comportar, pois para estes, as pressões eram ainda mais recrudescidas do que outras regularidades; a questão da natalidade; a conduta sexual, o que intensificava a multiplicação do poder e de um saber sobre o sexo, de uma forma que atenuasse as proibições, e incidisse a vigilância e a confissão diante dele (FOUCAULT, 2013).

O legado deixado dos séculos passados faz-se entender como o sexo, principalmente pela igreja, foi focado como algo vigiado e controlado, ao mesmo tempo falado e mudo, por ele ser “[...] o pivô ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve: [...]”, (FOUCAULT, 1993 apud WEEKS, 2013 p, 51).

Vale ressaltar que, tendo por base as argumentações de Foucault houve ainda mais um recrudescimento sobre o discurso do sexo, e de uma teia de poder, quando a medicina, a psiquiatria e a justiça penal suscitaram veemência aos estudos sobre este.

Weeks (2013, p. 51) aborda que:

Foucault aponta quatro unidades estratégicas que ligam, desde o século XVIII, uma variedade de práticas sociais técnicas de poder. [...]. Elas têm a ver com a sexualidade das mulheres; a sexualidade das crianças; o controle do comportamento procriativo e a demarcação de perversões sexuais como problemas de patologia individual.

Entende-se que essas unidades estratégicas provocaram muito mais do que a disseminação do poder e a regulação dos corpos. A cultura das perversões, do doentio, da patologia demarcaram os sujeitos, segregando-os, e segundo Weeks (2013 p. 50) “[...] com a classificação e a fixação de diferentes características e tipos sexuais”. Tal fato acabou ainda mais produzindo estas classificações no século XIX, que como afirma Foucault (2013, p. 44) foi a “[...] idade da multiplicação: uma dispersão de sexualidades, um reforço de suas formas absurdas, uma implantação múltipla das ‘perversões’”.

Assim, enredado de modificações e tecnologias, foi no século XIX que surgia o termo “sexualidade”, tardiamente, conforme Foucault (2013). Mas, mesmo havendo em torno deste século a extensão das preocupações que houve no século anterior, no campo da medicina, filosofia, entre outros, o interesse ainda prevalecia ao longo deste século nas quatro figuras já apresentadas. Porém, ainda mais evidenciadas conforme ressalta Weeks (2013, p. 51) para “[...] observação e ao controle social, [...]: a mulher histórica, a criança masturbadora; o casal que utiliza formas artificiais de controle de natalidade e o ‘pervertido’, especialmente o homossexual”.

Diante disso, pensa-se que a sexualidade se coloca realmente como um aparelho histórico, à medida que os desdobramentos de interesses, regras e normas vão se especificando, ao longo de cada época. E o “quem é quem”, “o que devem fazer” para se posicionarem numa sociedade moralmente controlada e uniforme, traz à tona a hipocrisia que se arrastou desde o período Vitoriano, em que, segundo Weeks (2013, p. 53)

[...] os indivíduos (especialmente homens) e a sociedade aparentavam respeitabilidade, mas faziam algo bem diverso. A sexualidade das mulheres era severamente regulada para assegurar a ‘pureza’, mas, ao mesmo tempo, a prostituição era abundante. As

doenças venéreas representavam uma grande ameaça à saúde, mas eram enfrentadas através de tentativas de controlar e regular a sexualidade feminina em vez da masculina. [...] As tentativas de reformar a sociedade se concentraram em questões de saúde e moralidade pessoal.

O uso do termo sexualidade que parecia ressignificar a história entrecruzada de normas e regras sociais, diante do sexo “[...] assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere”. Isto tornou recrudescidos os discursos científicos, e a sexualidade [...] ‘algo a ser interpretado’, como diz Foucault (2013, p.76). Tal fato ocorria através das intervenções das instituições que visavam um discurso verdadeiro do sexo, colocando a sexualidade, segundo Foucault (2013, p.78)

[...] como sendo por natureza, um domínio penetrável por processos patológicos solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processo ocultos por mecanismos específicos; um foco de relações causais infinitas, uma palavra obscura que é preciso, ao mesmo tempo, desencavar e escutar.

Dessa forma, os discursos nesse século se apoiaram em debater sobre as verdades e descobertas sobre o sexo, disciplinando a sexualidade, o que significava mais ainda formular regras, intervir, neutralizar as palavras, estando vinculado a isso a obrigação da confissão. A isto tornou possível, cientificamente, o fazer falar e ver o sexo como poder causal.

Pois, a confissão traçava o poder do sexo em causar perversões e perigos; a coerção de uma confissão, já que esta é obscura devendo participar interrogador e interrogado e a utilização do método da interpretação. A confissão teria que ser interpretada para se tornar verdade. Através da confissão mediante terapias, tendo a intervenção médica faria desta a verdade que tinha que ser curada (FOUCAULT, 2013).

Percebe-se que a família foi utilizada desde a metade do século XIX, para ser estruturada a mercê da confissão e da não incitação em falar, sob a égide dos

discursos legitimados sobre a sexualidade. Este fato ocorria, quando esta passava, segundo Foucault (2013, p. 122):

[...] a assediar em si mesma os mínimos traços de sexualidade, arrancando a si própria as confissões mais difíceis, solicitando a escuta de todos o que podem saber muito, abrindo-se amplamente a exame infinito. A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo.

Esse discurso parece reafirmar a hegemonia da igreja, bem como a subserviência da família na tradição cristã. Pois, a igreja junto com o que ditava a medicina e a psiquiatria controlava a incitação à sexualidade quanto às confissões de desejos e da vida íntima da sociedade, tornando a regulação sempre incidida. Por outro lado, era a família aconselhada para “[...] – separar o ‘doente’ [...], para melhor o observar, só escutá-la o menos possível”, (FOUCAULT, 2013, p. 123).

Assim, mesmo redesenhada pelas diversas configurações, a família teria que ora falar, ora apenas ser escutada, e pouco, (FOUCAULT, 2013). Por isso, não é de estranhar que a família e a sociedade contemporânea ainda carregam esses traços em torno da sexualidade dos séculos passados, quando ainda percebe-se o exercício de repúdio e intolerância, por exemplo, às relações homossexuais.

Quanto a isso, Mott (2001) retratando o Brasil como o país campeão nos crimes homofóbicos mostra o quanto ainda a igreja mantém status de poder, quando relata a visão de parlamentares e religiosos sobre o casamento homossexual. Segundo Mott (2001, p. 79) sobre esta união, parlamentares e religiosos defendem que “[...] além de levar à destruição da família brasileira, redundará em incalculáveis castigos divinos contra nossa pátria”.

É inegável que todos os discursos dessa natureza, na contemporaneidade, advenham da ideia de como a sexualidade se reverberou ao longo dos séculos. Numa pesquisa realizada pelas Fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburgo, (Fundações Perseu Abramo (2009 apud TORRES, 2013), mostra que ainda há muitas dificuldades em construir um Estado laico, em que o pecado não seja assunto em todos os espaços sociais e de formação dos sujeitos.

Deste modo, a tessitura que envolve os séculos até aqui citados, parece mudar diante do século XX, pois conforme Foucault (2013, p. 126), este foi:

[...] o momento em que os mecanismos de repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais a desqualificação dos perversos teria sido atenuada, e, sua condenação pela lei, eliminada em parte; [...].

A afirmação evidencia que os fatores e as contingências de cada época parecem determinar os discursos. Tratando-se da sexualidade, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) corroboram dizendo ser esta construída ao longo da vida e sempre marcada pela história, cultura e ciência (BRASIL, 1997).

Mesmo marcada pelas revoluções que perpassavam os séculos, os diversos debates e questões sobre a sexualidade gradativamente se tornavam atenuantes. Sobretudo, a sexualidade nunca deixou de ser evidenciada pelos discursos de poder. É o que mostra Weeks (2013, p. 53-54), dizendo que:

[...] ao redor dos anos 1950, num aprofundamento da Guerra Fria, havia uma nova caça aos 'degenerados' sexuais, especialmente homossexuais, [...]. Ao redor dos anos 1960, um novo liberalismo ('permissividade') parecia dividido entre um relaxamento dos velhos códigos sociais autoritários e a descoberta de novos modos de regulação social, [...]. Durante os anos 1970 e 1980 houve, de fato, o começo de uma reação contra aquilo que era visto como os excessos da década anterior e, talvez pela primeira vez, a sexualidade se tornou uma verdadeira questão política de primeira linha, com a Nova Direita identificando o 'declínio da família', o feminismo e a nova militância homossexual como potentes símbolos do declínio nacional.

Sendo assim, o século XX foi marcado ainda pelos mesmos discursos táticos, e preocupações como no século XIX com a sexualidade humana, porém, como afirma Loyola (1999, p. 31) “[...] os estudos empíricos se multiplicaram de forma significativa com o surgimento da AIDS, a partir da década de 1980”. Sobretudo, com uma diferença do século XIX: a representação política parecia acirrada, quanto

à revolução feminista, a luta pelos direitos homossexuais, as demandas em relação a AIDS.

Como ressalta Dantas (2010, p. 720) sobre este século “O ato sexual poderia destinar-se apenas a busca do prazer erótico”, tornando este assunto urgente para valorização do prazer, os novos métodos contraceptivos, a liberdade sexual e da mulher na sociedade.

No entanto, a revolução do século XX trouxe inúmeras transformações que se arrastaram ao início do século atual, o que não quer dizer que se vive livre da legitimação do poder sobre as sexualidades e gêneros. Pois, ainda existem as forças coercitivas em relação aos mitos e tabus, além do preconceito e sexismo. Se por um lado está mais acessível se falar de sexo e sexualidade sem constrangimentos, por outro, como afirma Heilborn (1999, p. 56)

Alterações nas representações acerca dos gêneros são de ordem bastante lenta. Esse panorama de reprodução de valores é particularmente visível no tocante a Aids, as informações não são suficientes para garantir uma prevenção eficiente. As mulheres encontram-se em posição desvantajosa para negociar o uso da camisinha, em função do cenário das relações de gênero: sendo estas estruturadas com base em uma assimetria de prestígio e autoridade particularmente reveladora no encontro sexual, o exercício da decisão feminina tornar-se problemático.

Percebe-se que, mesmo surgindo estudos sobre sexualidade neste século, e o desvelamento sobre as questões que envolvem gênero e sexualidade, como também o homossexual e suas vivências surgem ainda tímidas. Considera-se que estas questões quando não problematizadas incidem o preconceito, o recrudescimento da discriminação entre os sujeitos que vivem identidades sexuais ditas diferentes.

Nesse sentido, parece inacreditável que as demandas ocorridas nos séculos passados, em torno da regulação do sexo e dos corpos, pudessem voltar à tona neste século. Mas, a verdade é que, segundo Dantas (2010, p. 722)

As campanhas pró-abstinência sexual ganharam fôlego nos Estados Unidos em virtude do crescimento dos casos de Aids e de gravidez entre adolescentes. O sexo é apresentado como um perigo que

causa doenças sexuais transmissíveis e gravidez precoce. Só é possível estar protegidos dele não o praticando. A continência tornou-se caso de saúde pública e política de governo, ditada por preceitos evangélicos. Na era dos movimentos pentecostais, a Aids passou a ser um castigo divino, do qual só é possível livrar-se através do repúdio às práticas sexuais [...].

O fato exposto por esta autora mostra que ainda neste século incide a interdição do sexo, e que os ditames do poder eclesiástico ainda se apresentam com a função de modelar os pensamentos sobre a sexualidade, o que em nada parece ser implícito na veemência no caso citado por Dantas (2010). Fica evidente segundo a autora que, ainda existe uma interdição sobre os discursos do sexo, um pouco semelhante aos dos séculos XVII e XVIII, além da ausência de uma problemática aprofundada destes discursos quanto a um trabalho crítico de consciência sobre estes problemas. Assim, o sexo se torna culpado e indevido, quando os discursos levam a crer que é preciso as pessoas absterem deste, para solucionar o problema da AIDS e da gravidez precoce (DANTAS, 2010).

A verdade é que os fenômenos e os discursos relacionados à sexualidade, de certa forma, moldam os comportamentos das pessoas, e dependendo de cada cultura e cada discurso, estes são internalizados a ponto dos sujeitos sentirem suas influências. Afinal, é a cultura segundo Heilborn (1999, p.40) “[...] a responsável pela transformação dos corpos em entidades sexuadas e socializadas de gênero, de orientação sexual, de escolha de parceiros”.

Portanto, as questões sobre homossexualidade, identidade, gênero e sexualidade, por mais que sejam debatidas conforme os discursos produzidos em cada cultura e sociedade devem ser problematizados, quanto ao respeito exercido a todos os sujeitos, independentes, das vivências sexuais destes.

1.1 A homossexualidade: algumas considerações

A preocupação e a ênfase em torno da sexualidade se tornou fulcral em toda a história da humanidade. Para Torres (2013, p.24) “[...] foi se firmando uma

sistematização crescente de um modelo único para a sexualidade, o que permitiu, ao logo da história, afirmar que havia uma sexualidade má e outra boa”.

Nesse sentido, percebe-se que além da categorização das identidades sexuais, a heterossexualidade, segundo Louro (2013a) foi produzida como natural, universal e normal. Não era para menos, visto como incita Foucault (2013) sobre os tribunais da lei civil no final do século XVII, que condenavam o homossexual, entre outras figuras que não se adequava aos padrões normativos da época. Este compreendido como o ‘contra-a-natureza’ “[...] era marcado por uma abominação particular”, conforme mostra Foucault (2013, p. 45).

Portanto, este fato parece explicar como se deu desde o início a história da homossexualidade. Da mesma forma em que se deu o desenvolvimento da sexualidade e seus significados ao longo dos tempos, ocorreu com a história da homossexualidade, termo antes nomeado por homossexualismo.

Tratando-se deste, Furlani (2009, p. 153) ressalta que:

Em 1869, o médico Húngaro Karoly Maria Benkert inventa a palavra homossexualismo, no contexto do discurso da medicina ocidental, para caracterizar uma forma de comportamento ‘desviante’ e ‘perversa’ entre pessoas do mesmo sexo; portanto o sujeito homossexual passa a existir, na história humana, apenas a partir do século XIX.

É evidente que as configurações que se desvelaram antes e durante o século XIX sobre a sexualidade, advieram dos estudos da medicina, da psicologia e psiquiatria, mas, também das diversas abordagens sobre sexualidade. Estes classificaram as categorias e anomalias existentes, sendo a prática homossexual nomeada e inventada como uma doença dentro dessas modalidades, bem como, sujeita a crime e condenação na época (FOUCAULT, 2013).

Através dessa discursividade se arrojavam as relações de poder, quando se aspiravam desvelar a sexualidade, reduzindo a ideia do sexo também à função reprodutiva, e a sua forma heterossexual como a normal, (FOUCAULT, 2013). A incorporação das “verdades” legitimava o poder sobre esse discurso, impondo comportamentos, governando as práticas sexuais ditas contrárias. A partir de um famoso artigo de Westphal em 1870, estas representavam a homossexualidade

através das categorias psicológicas, psiquiátrica e médica da época (FOUCAULT, 2103).

Quanto à palavra homossexualismo, Furlani (2009, p. 153) afirma que:

o sufixo ismo ao ser incorporado reforçou na representação da palavra os pressupostos da época (religioso-moralista, medico-patológico, jurídico-criminal) pra os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, algo de natureza anormal, essencialmente patológico, doente, desviante, perverso, pecaminoso.

A palavra e seus contornos implicava uma cadeia de subjugação. Os desejos sexuais, bem como a prática com pessoas do mesmo sexo era considerada doença, e por isso deveriam estudar sua cura. Por isso, a nomeação “ismo” veio ratificar a homossexualidade como prática contrária a natureza.

Foucault (2013, p. 75) afirma que “[...] não há doença ou distúrbio para os quais o século XIX não tenha imaginado pelo menos uma parte de etiologia sexual”. Não foi diferente com a homossexualidade, pois, o século XIX mesmo marcado por discursos científicos e médicos, e a todos os tipos de doenças concebidas a partir da sexualidade como perversão, propagou os controles sociais, porém, como efeito contrário. Como ressalta Foucault (2013, p.112), este efeito:

[...] possibilitou a constituição de um discurso ‘de reação’: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico.

Nesse sentido, avistava-se morosamente uma evolução social em relação à tessitura envolta da homossexualidade. Pelo menos já se podia ancorar dentro do discurso médico e psiquiátrico a perspectiva social e uma nova inversão ao que tornou legítimo e fixo nos discursos sobre homossexualidade. Mas, nas entrelinhas do que considerava um avanço, podia simplesmente se constituir uma estratégia de discurso, afinal, como afirma Foucault (2013, p.112) “Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força; [...]”.

Diante dessa ideia, o que parecia uma oportunidade de mobilização à redução das ideias negativas sobre a homossexualidade, é possível entender que não passou de um discurso vestido de uma estratégia de correlação força e poder, mas, que reverberou lutas e movimentos.

No entanto, ainda observa-se a sujeição da homossexualidade e o homossexual às chamadas 'minorias' sexuais (LOURO, 2013b), e que mesmo diante dos avanços no enfrentamento contra a discriminação, e da visibilidade social a que auferiu estas classes, ainda se constituem como um pensamento dual e fragilizado, de efeitos contraditórios quando, conforme Louro (2013b, p. 28)

[...] por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual [...]; por outro, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física.

Esses discursos mostram que os ideários sexuais existem até hoje. As construções sob a égide dos resquícios deixados pela compreensão da heterossexualidade como a única forma de expressão da sexualidade, e esta apenas à procriação fizeram com que o homossexual, invenção do século XIX, (LOURO, 2013a), fosse categorizado como anormal. Mesmo que a princípio, no final do século XIX e início do XX, a homossexualidade tenha surgido não para ser definida como uma forma de anormalidade sexual, como pretendia o escritor austro-húngaro Karl Kertbeny, esta foi distintamente marcada pelos sexólogos pioneiros que antecedeu a descrição da homossexualidade como médico-moral (WEEKS, 2013).

Enquanto um termo foi institucionalizado como normal, o outro surgia como anormal. Este fato constituiu a heterossexualidade e a homossexualidade como característicos, pares, binários, opostos. Assim, a homossexualidade e heterossexualidade são termos inventados, e por isso, conseqüentemente, houve a possibilidade de um se definir desconformemente do outro, porém, na contemporaneidade, como ressalta Conceição (2012, p. 86) estes “[...] dependem um do outro para se afirmar, supõem um ao outro”.

Nem sempre na história da humanidade, as relações sexuais com pessoas do mesmo sexo eram proibidas e vistas como anomalias. Na Grécia antiga, por exemplo, “as atividades homossexuais entre homens ocorriam de fato” Weeks

(2013, p. 65). Entende-se que conforme o ideário de cada época, cultura e sociedade, os contornos se tornam diferenciados, cada um com a sua verdade e domínio sobre ela.

Portanto, segundo Louro (2009, p. 89 apud CONCEIÇÃO, 2012, p. 85) “Até então, o que era ‘normal’ não tinha um nome. [...]. O que, até então, não precisara ser marcado agora tinha de ser identificado”. Diante disso, compreende-se que a heterossexualidade surgiu para marcar a homossexualidade como diferente, e o homossexual, a partir do que auferido pela medicina, outras instâncias e abordagens, um sujeito com características específicas, ou seja, “[...] ‘tipo’ humano distintivo” (LOURO, 2013a, p. 30).

Esse discurso auferido ao homossexual e a fixação das identidades sexuais a partir da heteronormatividade firmou-se a disciplinarização e a estigmatização dos sujeitos (BRAZ; VIEIRA; BUSSOLETTI, 2013). Por outro lado, nascia de forma positiva à formação de sua identidade, e concomitante, os movimentos, a incitação em falar nos debates e lutas, e a busca de inclusão social no Brasil.

Como ressalta Louro (2013a, p. 31):

A partir de 1975, emerge os Movimentos de Libertação Homossexual no Brasil, do qual participam, entre outros, intelectuais exilados/as durante a ditadura militar e que traziam, de suas experiências no exterior, inquietações políticas feministas, sexuais, ecológicas e raciais que então circulavam internacionalmente.

Nessa tessitura, é perceptível que a sociedade brasileira homossexual, gradativamente, fez-se presente nos movimentos, e hoje, aos poucos ganham forças, embora, “o discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador”, (LOURO, 2013b, p. 34). Dessa forma, é reafirmada à identidade homossexual, porém, tendo esse sujeito muitas vezes que atenuar seu comportamento, por outro lado, evidenciá-la numa perspectiva de desconstruir o que foi fixado como pervertido, anormal e doente.

As mudanças não foram tão rápidas, apesar de urgentes. É o que mostra o fato da culpabilidade do surgimento da AIDS nos anos de 1980 aos homossexuais, (LOURO, 2013a), e somente em 1985, o homossexualismo no Brasil através do Conselho Federal de Medicina, deixar de ser visto como doença e/ou desvio sexual,

(TORRES, 2013). Parece que isto explica o fato da presença das grandes violências e segregação da comunidade homossexual até os dias de hoje.

1.2 A homofobia: contextualização

A abordagem dos estudos em Foucault sobre a sexualidade até aqui, quando apresenta as populações imaginadas como problemáticas, (BRITZMAN, 2013) e nessas argumentações a presença do homossexual como pervertido e doente, mostra como a sanha pela condição deste sujeito também foi sendo construída ao longo do tempo.

Segundo Louro (2013a, p. 27) “Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle”. Assim, evidenciar a sexualidade, quando esta não pertence aos padrões da normatividade, se constitui para muitos sujeitos um suicídio social, restando o silenciamento e a segregação como aliados.

Tão intensa nos discursos atuais e atos de violência, a homofobia como ressalta Pocahty (2007, p. 11) é “Definida, [...] como a atitude de hostilidade e ódio aos homossexuais homens ou mulheres, [...] uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal”. Nesse debate, parece que a homofobia atravessa os piores sentimentos humanos que conduz, conseqüentemente, a comportamentos depreciativos “desde situações de intolerância e exclusão – [...] como na violação do direito humano da integridade física pessoal até o extermínio cruel e covarde”, (FURLANI, 2009, p. 162).

É perceptível também que, as atitudes e os comportamentos homofóbicos parecem não somente serem manifestados ao homossexual, mas tudo quanto ligado a este. Estes preconceitos se inserem tanto para a resistência da ameaça ao diferente, quanto para manter este diferente longe, o que configura uma postura de desconfiança, hostilidade e de possíveis agressões, (MOLINA; FIGUEIRÓ, 2012).

É por isso, que nesse sentido, Louro (2013a, p. 29) apresenta que muitos sujeitos veem:

Como se a homossexualidade fosse ‘contagiosa’, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade.

Tal fato faz desse sentimento uma abjeção, como se o sujeito que foge da matriz da normatividade sexual: a heterossexualidade (CONCEIÇÃO, 2012) não é humana. Compreende-se que a homofobia e o heterossexismo, assim como a sexualidade é também uma construção social e cultural. Para Lionço; Diniz (2009, p. 57) a homofobia “vulnerabiliza as pessoas à maior precariedade do laço social, já que, mesmo na família ou no grupo social de origem, os processos de exclusão são operantes”.

As atitudes homofóbicas são construídas na sociedade, por exemplo, quando “Meninos e meninas aprendem desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vive” (LOURO, 2013a, p. 28). São estes, portanto, os homofóbicos construídos e produtos de uma sociedade que moldou e fixou as verdades sobre a sexualidade ao longo do tempo.

Mesmo que pareça recente, o termo homofobia surge no senso comum norte-americano na década de 1960 (FONE, 2000 apud FERNANDES 2012, p. 98). Junto a esta nascia às lutas, e as possibilidades de ampliar discussões, e recrudescer os estudos e a visibilidade dos homossexuais e seus direitos.

Sobre a homofobia, segundo Fernandes (2012, p. 98):

Criada pelos próprios sujeitos das homossexualidades, esta categoria emerge em um momento histórico em que a homossexualidade estava sendo deslocada de uma posição ligada às dimensões do pecado e da doença para o lugar de uma ‘homossexualidade política’.

A entrada dessa categoria nos palcos sociais e políticos do mundo parecem ter ampliado as estratégias de combate à cruzeza que se deram as percepções, e os conceitos sobre as práticas sexuais “diferentes”. Contudo, mais do que isso, parece ter auferido aos homossexuais uma nova roupagem de política identitária, e uma postura protagonista positiva na história da homossexualidade. Esta que ainda é

discutida como inferior e desviante nos mores da sociedade, e o homossexual tratado como anormal e estranho (FERREIRA, 2007).

Parece que essa nova categoria configurou nos sujeitos ativistas a afirmação da sua identidade sexual, e a necessidade em torná-la visível, já que em alguns casos essa visibilidade melhora a posição de homossexuais na sociedade, quando encontram apoio e aceitação social, (SILVA, 1993, apud FERREIRA, 2007). A discussão da homofobia possibilitou a ampliação de lutas sociais, que para Ferreira (2007, p. 27) “[...] vê-se [...] voltada para a conquista de direitos civis”.

Assim, mesmo em um tempo de minimização da homofobia, pelos movimentos e lutas recrudescidas e de tantas reivindicações, com o surgimento da AIDS na década de 80 é auferida aos homossexuais a culpabilidade pela existência dessa pandemia. Esta, como ressalta Louro (2013b, p 35-36) sendo “apresentada, inicialmente, como o ‘câncer gay’, [...] teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando a discriminação já demonstrada por certos setores sociais”.

Nota-se, portanto, que o homossexual parece nunca ter se livrado dos estereótipos de uma sociedade heterossexista, afinal, “Categorizado e nomeado como desvio da norma, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação [...]” (LOURO, 2013a, p. 29-30).

Tal fato explica porque muitos homossexuais ainda permanecem na invisibilidade, sofrendo estigmatização e, muitas vezes, segregação, sendo estes possíveis de não se aceitarem, pelas questões complexas e históricas de uma sociedade homofóbica, pois, como diz Louro (2013a, p. 27) “a estes restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação”.

Para desvencilhar da homofobia, muitos movimentos homossexuais foram sendo constituídos e aos poucos se reverberando no Brasil. Em 1980, o Grupo Gay da Bahia foi fundado, sendo este o mais antigo e ativo nos países latino-americanos, (MOTT, 2006). Visto estarem vivendo no auge da AIDS era necessária reivindicação, bem como a incitação contra as vozes do pronunciamento da culpabilidade homossexual pela AIDS.

O fato mostra que a disseminação desse discurso se efetuou como colateral e de reação. Assim como ocorreu no discurso sobre a homossexualidade como patologia (FOUCAULT, 2013), a polêmica da pandemia AIDS versus culpa homossexual, parece ter otimizado a oportunidade de esses sujeitos evidenciarem

sua sexualidade. Sobretudo, provarem sua existência e a pretensão em aparecer como cidadão de direitos. É por isso que muitas lutas se constituíram nos palcos das políticas públicas.

Estas lutas e discussões passaram-se a ser urgentes e necessárias, visto o preconceito e discriminação se encontrar não apenas contra os homossexuais, mas, nas questões que envolve raça, cor, sexo e classe social. Pois, por também acreditar recordando Foucault (2013), que a incitação em falar gera ainda mais os debates, e possíveis intervenções a cerca da homofobia e do heterossexismo, que inferioriza e despreza com abjeção os sujeitos que estão fora do padrão sexual “natural”.

Por isso, que, como afirma Furlani (2009, p. 161):

Mundialmente, hoje, a luta por direitos humanos de gays e lésbicas, passa por alterar as constituições federais. Em 1996, no dia 08 de maio, a África do Sul tornou-se o primeiro país do mundo a proibir constitucionalmente, a discriminação de seus cidadãos baseada na orientação sexual.

Este acontecimento abriu espaço para compreender que os sujeitos, independente de sua orientação sexual, não devem ser destituídos de direitos, e nem serem tratados com apatia pelas políticas públicas e desrespeito pela sociedade em geral. Pois, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), bem como, a própria Constituição Brasileira de 1988 que são garantidos direitos.

Um exemplo disso está no que diz o Artigo 7º da DUDH quando ressalta que “Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei” (ONU, 1948).

O artigo 3º inciso IV da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) corrobora com este artigo da DUDH, quando expressa que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Nesse caso, não poderia ser diferente a imposição de respeito e tolerância que litigam os homossexuais através das políticas públicas nos motes da sociedade.

Os sentimentos de abjeção aos homossexuais deixam evidentes que a homofobia é mais um, dentre muitos problema sociais encontrados na sociedade contra as classes minoritárias. Por isso, que no ano de 2004 foi instituído o Programa de Combate à Violência e à Discriminação o “Brasil Sem Homofobia” em que segundo o Conselho Nacional de Combate a Discriminação “O Governo Federal, [...] reconhece a trajetória de milhares de brasileiros e brasileiras que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais” BRASIL (2004, p. 7).

Esse programa vem sendo um marco para os ativistas da militância homossexual brasileira desde sua legalização, quando, conforme expressa no (CNCD, 2004, p. 11) o objetivo é “[...] promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, [...]”.

Diante disso, percebem-se as inúmeras causas, pelas quais a identidade homossexual de alguns sujeitos não se revela e torna pública. Dentre algumas, a homofobia; os valores da normatividade sexual seguidos pela sociedade; as estigmatizações, e segregações são ações, eminentemente, suficientes para que as identidades sexuais não sejam evidenciadas. Não que estas identidades necessitem se incidir, pois, “o mais importante desse assumir-se não é assumir para a sociedade, colocar uma placa na testa e dizer eu sou gay” como ressalta Bento (2001, p. 75). Porém, quando se trata das lutas aos movimentos, a visibilidade se torna importante, mesmo que assumir-se implique riscos para este sujeito (BENTO, 2001).

1.3 A homofobia no contexto escolar

A homofobia, como um tipo de violência e aversão aos homossexuais é constituída culturalmente pelos valores que vão sendo instituídos em cada sociedade. Percebe-se que esta se estabelece facilmente, quando se utiliza constantemente desde cedo na família e entre outras instituições sociais, expressões depreciativas, apelidos pejorativos, e abjeção pública aos sujeitos homossexuais.

Para Furlani (2009, p. 162)

Embora a orientação sexual não esteja estampada no rosto das pessoas (escrita em sua testa) travestis, transexuais, 'homens femininos' e 'mulheres masculinas' têm sido, mais frequentemente, alvos de ataques homofóbicos, especialmente, por terem em suas marcas corporais uma suposta transgressão das fronteiras de gênero, que mais facilmente são identificadas no espaço público.

É relevante refletir, se na escola, que é um espaço público formador, ocorrem atitudes ou ataques homofóbicos contra os homossexuais de uma forma geral. Pois, partindo do pressuposto de que a escola é um elemento fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade (Torres, 2013), espera-se que esta instituição social, possa promover valores contra qualquer preconceito. Além de contribuir para minimização da exclusão social, com trabalhos voltados no aprofundamento e respeito às questões que envolvem sexualidade e gênero.

Pois, como ressalta Torres (2013, p. 56):

As questões relativas à diversidade sexual e ao alargamento dessa noção são agora percebidas na comunidade escolar mais do que em outras épocas, pois fica cada vez mais claro que a escola é um lugar de reprodução dos preconceitos e, por isso, é também um espaço importante de combatê-los.

Entretanto, quando as discussões se voltam à homossexualidade, a escola ainda enfrenta diversas dificuldades. Percebe-se ainda que no currículo escolar, precisamente na educação sexual, existem apenas a problematização em lidar com as questões de sexualidade em detrimento a reprodução humana, doenças sexualmente transmissíveis e pouco sobre as questões de sexualidade e gênero.

Pois, segundo Braz, Vieira e Bussoletti (2013, p. 26) na escola,

[...] eventualmente são abordados aspectos relacionados ao prazer, ao amor, à vida; mas, geralmente, estes se referem a vivências heterossexuais, ficando outras formas de afetividade e sexualidade relegadas ao plano da tolerância.

Mesmo tendo o subsídio dos PCNs sobre orientação sexual, este contribuindo para o desenvolvimento das questões polêmicas como masturbação, aborto, virgindade, homossexualidade, prostituição, entre outros, conforme BRASIL (1997), a escola ainda não se encontra preparada para lidar sobre tais assuntos. Fagundes; Alves, (2013, p. 8) corrobora dizendo que toda a categoria de professores “[...] se encontra insegura quando se trata de educação sexual, pois se encontram despreparados para lidar com a questão”.

Ainda, para Braz, Vieira e Bussoletti (2013, p. 27):

A escola poderia ser um espaço potente para a contestação do discurso heteronormativo, mas, sem compromisso político para tratar desse tema, o que percebemos é a reafirmação constante desse discurso restringindo as possibilidades de se pensar as sexualidades também como produto cultural e não como um elemento dado por uma natureza humana.

É possível que o legado deixado pelo processo hegemônico de dominação, ao longo de toda história da educação fez a escola ser desprovida de uma identidade voltada pra si, Franco (2009). E ainda uma visão normativa de ensino que pouco foi alterado, sobretudo, ser desprovida de autonomia, (Tardif. 2000, apud FRANCO, 2009). Observa-se que quando a escola não desenvolve também a autonomia, aprofundar o assunto sobre sexualidade envolvendo a homossexualidade se torna difícil, levando em conta que fazê-lo é caminhar, contrariamente, aos padrões normativos que impõem a sociedade, família e tradição eclesiástica à escola. O que torna complicado desenvolver este trabalho.

Corroborando Louro (2013a, p. 25-26) ressalta que

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre o fio tênue: de um lado, incentivar a sexualidade ‘normal’ e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher ‘de verdade’ deverão ser, necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso.

Nesse sentido, resta silenciar a presença da homossexualidade inserida na escola. Pois, segundo Miskolci (2005, p. 15) “ignorar gays e lésbicas é uma das formas que a escola utiliza para construir identidades de gênero tradicionais, mas vale sublinhar que essa ignorância é intencional e ativa”. Assim, mesmo tendo a essência social de lutar contra a discriminação e preconceito, e os debates por uma sociedade escolar sem homofobia sejam urgentes, a homofobia é consentida e ensinada na escola, conforme ressalta (LOURO, 2013a).

Portanto, entende-se que, quanto menos se conhece sobre o assunto, melhor será a desqualificação e manutenção das práticas homossexuais como anormais e ainda tabus, o que gera através disto, atitudes homofóbicas desde insultos a violências (MISKOLCI, 2005).

Para Torres (2013, p. 41) é perceptível que tanto a escola, quanto a educação são “[...] modos de controle e regulação resistentes às ações coletivas, que propõem novos valores, especialmente se esses valores foram sempre considerados contra valores na história do Ocidente”. Compreende-se que, o que acentua as atitudes homofóbicas é o poder auferido em manter a heteronormatividade na escola, e no significado desta para a sociedade, como a única forma dos sujeitos se relacionarem.

Sendo essas questões ausentes na escola, a homofobia parece facilmente se inserir neste espaço. Constata-se essa ideia através de estudos realizados sobre o assunto. Pois, segundo Padro, Rodrigues e Machado (2006 apud TORRES, 2013, p. 43) “A escola ocupa o terceiro lugar em discriminação, após a família e os lugares públicos de lazer”.

Através destes dados, observa-se que a escola parece assumir a postura social de impor uma naturalização à heterossexualidade. Esta produzida dessa forma gera a invisibilidade de sujeitos homossexuais inseridos no espaço escolar, ocorrendo à opressão e futuros atos homofóbicos sobre estes (JUNQUEIRA, 2009).

Assim, ter atitudes imperceptíveis aos homossexuais é negar a subjetividade destes indivíduos, e excluí-los é tornar a homofobia uma realidade na escola. Pois, de acordo com Louro (2013a, p. 30):

A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para alguém ‘assuma’ sua condição de homossexual e bissexual. Com a suposição de que só poder haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo

oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, dessa forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos.

Diante disso, acredita-se que a escola mesmo buscando ser um espaço de combate ao preconceito, se põe na condição de homofóbica, quando oculta e nega a existência de homossexuais, e tenta manter a ordem e os valores recrudescidos de uma sociedade heterossexista. E ainda mais, quando numa situação de repressão a estes sujeitos não se manifesta adequadamente, de forma que restabeleça o respeito ao insultado (MISKOLCI, 2005).

Cria-se na escola, através dessas atitudes, um conceito padrão de comportamento e de desejos sexuais. E isto se infere pela imposição da heteronormatividade, afetando os sujeitos que não são livres para expressar sua condição homossexual. Diante disso, ainda consegue atingir negativamente o desempenho educacional dos sujeitos, pois, como afirma Torres (2013, p. 59) “No ambiente escolar, o preconceito, a discriminação e as práticas discriminatórias ofensivas se relacionam diretamente com o desempenho dos/as alunos/as e dos professores/as”.

A homofobia, portanto, como “[...] um fenômeno complexo e variado” (Borrillo, 2009, p.18) é uma realidade da escola, e esta a rodeia de forma a eclodir violência, invisibilidade e desdém.

Para Torres (2013, p. 57-58), por exemplo:

Nas configurações da escola, o preconceito e a subjetivação dele porlésbica, *gays* e especialmente por travestis e transexuais podem criar permissões culturais de violência e violação dos direitos de cidadania. A violência e a violação atingem alunos/as e educadores/as que pertencem aos grupos identificados como LGBT; atinge, inclusive, aqueles/as que ainda estão no armário, que não assumiram publicamente uma orientação sexual e uma identidade de gênero que se oponha ao heterossexismo.

Diante desse contexto, a escola se depara com a exigência de saber lidar com a homofobia. Pois, segundo Mello, Grossi e Uziel (2009, p.176) é esta “uma instituição fundamental nessa mudança de rumos”. Além de discernir valores,

crenças, questionar os estereótipos e preconceitos que vão sendo construídos é na escola, colaboradora no processo de formação humana, que se instauram as informações, discussões e problematizações a todas as questões inferidas ao assunto, mesmo, como corrobora Nicolielo (2013, p. 35) que:

É um desafio da escola lidar com situações tão diversas no que diz respeito a sexualidade. E os exemplos são vários: uma menina se masturba na turma da creche, um garoto é alvo de gozações porque gosta de brincar de boneca, [...].

Não há como discutir que a escola deve despir-se dos conceitos tradicionais e eclesiásticos, quando há um pluralismo de identidades sexuais e de gênero inseridos no seu ambiente. Pois, mesmo que seja vista como uma instituição coletiva, que pode contribuir para a constituição de identidades, nesta se evita fomentar as discussões e problematizações sobre as sexualidades, sendo que este silenciamento pode desencadear o aumento da homofobia (JUNQUEIRA, 2009).

Observa-se a necessidade da disponibilidade dos sujeitos envolvidos nessa tessitura à luta de investimento curricular sobre a temática, e na articulação em recorrer às instâncias maiores à formação da comunidade escolar. Sobretudo, além de desenvolver valores através de estratégias de estudo e pesquisas para que promovam conhecimentos, e respeito sobre a identidade sexual, e as manifestações da sexualidade dos sujeitos que ocorrem desde cedo (BRASIL, 1997).

CAPÍTULO II – PERCURSO METODOLÓGICO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com ênfase na abordagem quanti-qualitativa. Apesar dos métodos de investigação ser classificados de maneiras contrastantes, quantitativos x qualitativos, eles não se excluem do pesquisador poder utilizar os dois em uma pesquisa, (NEVES, 1996), complementando os dados quantificados com dados subjetivos ou descritivos (POPE; MAYS, 1995).

A pesquisa foi realizada nas cidades de Sousa e Cajazeiras, localizadas no Alto Sertão da Paraíba. A coleta de dados ocorreu nos meses de maio, junho e julho de 2014, com vinte professores de instituições públicas dos níveis Fundamental, Médio e Superior.

A seleção da amostra seguiu o método não-probabilístico que se realiza pela “escolha deliberada de respondentes, de sujeitos ou de ambientes” (POPE; MAYS, 1995). Foi realizado um levantamento da presença de professores homossexuais em treze escolas de acordo com os três níveis educacionais. Após identificá-los, eles foram convidados para colaborarem com a pesquisa.

O procedimento para coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi o questionário, que é uma técnica que pode ser aplicada na informação de sentimentos e crenças (OLIVEIRA, 2008). A construção do instrumento teve como parâmetro os objetivos específicos propostos neste estudo.

Antes da coleta de dados, foi realizado um estudo piloto com seis pessoas homossexuais da cidade de Sousa-PB, que trabalham em áreas diversas, mas não em educação, com propósito de observar e corrigir possíveis distorções na aplicação do questionário, principalmente relacionadas ao tempo para respostas; a forma de abordagem aos sujeitos, e a clareza das perguntas. Os participantes foram orientados para responderem as questões adaptando-as às suas vivências nos seus ambientes de trabalho. Algumas sugestões foram feitas, porém, não acrescentadas no questionário por não se encaixarem nos objetivos deste trabalho.

Referente aos sujeitos desta pesquisa, estes foram abordados nas próprias instituições em que trabalham. Com intuito de minimizar qualquer tipo de constrangimento, buscou-se apresentar a pesquisa de maneira direta: seus objetivos, os riscos e as garantias de confidencialidade do estudo. Após cada sujeito

se dispor em participar, foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que depois de lido e assinado, o questionário passou a ser respondido.

Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido foram arquivados em envelopes individualizados, lacrados e sem identificação. Os questionários foram dispostos em envelope único, porém, sem possibilidades de identificação.

Os dados foram processados com o programa estatístico Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 17.0. Análises univariadas foram realizadas para caracterizar as variáveis sóciodemográficas e encontrar os demais percentuais de frequências.

O estudo regeu-se pela Declaração de Helsinki (1989) e pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre pesquisa envolvendo seres humanos.

CAPÍTULO III: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vinte professores participaram desta pesquisa, destes, 17 (85%) são do gênero masculino. Sete (35%) estão na faixa etária entre 20 e 29 anos, cinco (25%) entre 30 e 39 anos e oito (40%) entre 40 e 49 anos. Dezesete (85%) exercem a profissão em instituições localizadas na zona urbana.

No tocante às relações de namoro, sete (35%) vivem relacionamentos estáveis. Destes, cinco (71%) moram juntos. Dos cinco que moram juntos, um (20%) tem menos de seis meses de convivência, um (20%) tem entre seis meses e um ano e três (60%) tem mais de cinco anos de convivência.

Quanto à formação profissional 14 (70%) dos sujeitos informaram ter curso superior, destes um (7%) tem formação na área de saúde, um (7%) na área de ciências sociais, dois (14%) na área de exatas, três (21%) na área das letras e sete (50%) são graduados em Pedagogia. Dois sujeitos (10%) cursaram o ensino médio e quatro (20%) não informaram qual a formação educacional que possuem. Dos vinte participantes, quatro (25%) cursaram mestrado.

Em relação ao tempo de graduação, dois (10%) estão em processo de formação, seis (30%) tem entre dois a quatro anos, dois (10%) entre cinco de dez anos, cinco (25%) acima de cinco anos e cinco (25%) não responderam.

Os dados relativos ao tempo em que estão exercendo a docência 11 (55%) sujeitos informaram que tem acima de 10 anos, sete (35%) entre dois e quatro anos, um (5%) entre cinco e dez anos, um (5%) tem menos de um ano que exerce a profissão.

Concernente ao nível educacional em que lecionam, sete (35%) são no Ensino Fundamental I, três (15%) no Ensino Fundamental II, quatro (20%) no Ensino Médio e seis (30%) no Ensino Superior.

Com relação à renda mensal aproximada com base no salário mínimo vigente, nove (45%) tem renda entre um e três salários, oito (40%) informou que tem renda entre quatro e seis, um (5%) entre sete e nove e dois (10%) tem renda de dez salários acima.

Os resultados desta pesquisa estão organizados em tabelas de acordo com cada objetivo, e o diálogo com estes se desenvolveram a partir de autores e estudos

já realizados sobre a temática. A primeira tabela apresenta os dados que envolvem as vivências do professor homossexual em relação aos obstáculos encontrados, para assumir sua homossexualidade no ambiente de trabalho.

TABELA 1 – Possíveis obstáculos encontrados pelos professores homossexuais para assumirem suas homossexualidades no ambiente de trabalho.

Vivências	Variáveis						Total	
	Nunca		Alg. vezes		Muitas Vz.		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Sentiu-se excluído no trabalho por ser homossexual	12	60,0%	7	35,0%	1	5,0%	20	100,0%
Percebe que é mais exigido no trabalho por ser homossexual	12	60,0%	4	20,0%	4	20,0%	20	100,0%
Sente necessidades de provar a competência profissional em relação aos professores heterossexuais	14	70,0%	4	20,0%	2	10,0%	20	100,0%
Assume a orientação sexual no trabalho e fora dele da mesma forma	2	10,0%	2	10,0%	16	80,0%	20	100,0%
Procura atenuar a orientação sexual no ambiente de trabalho	9	45,0%	5	25,0%	6	30,0%	20	100,0%

Dos 20 professores, 12 (60%) afirmaram que não se sentem excluídos no ambiente de trabalho e nem percebem que são mais exigidos pela condição homossexual. 14 (70%) nunca sentiram necessidades de provar a competência profissional por serem homossexual. Segundo Braz, Vieira e Bussoletti (2013, p.26) a escola é uma instituição que “[...] educa, sobretudo, para e através da heteronormatividade”, ou seja, a escola legitima a heterossexualidade como a forma normal das pessoas se relacionarem. Observa-se que mesmo diante dos discursos destes autores sobre a escola, os resultados encontrados demonstram que os professores não se sentem excluídos, nem mais exigidos do que os demais, e nem com necessidades de provarem suas competências profissionais por serem homossexuais. Dessa forma, não encontram obstáculos para se relacionarem.

Ainda no tocante a não necessidade dos professores homossexuais provarem suas competências profissionais, Braz, Vieira e Bussoletti (2013, p. 30) sugerem que isto pode ocorrer por força de uma negociação implícita no contrato desses servidores. Esses autores dizem que

Provavelmente se aposte na competência profissional desses professores, deixando a sua não heterossexualidade como um

aspecto secundário, tolerável. São contratados e permanecem na escola por sua competência, mas também porque aceitam o acordo tácito de se comportarem de acordo com o esperado: como gays discretos.

Dezesseis professores (80%) afirmaram que assumem sua orientação sexual, da mesma forma, fora e dentro do trabalho. Por outro lado, ao serem indagados se procuravam atenuar a homossexualidade no trabalho, onze (55%) afirmaram que já procuraram silenciar sua condição sexual. Observa-se aqui uma contradição, podendo significar que esses sujeitos não sentem facilidade em assumir a homossexualidade.

Atenuar, neste caso, significa silenciar a homossexualidade como uma forma de não sofrer a homofobia. Segundo Miskolci (2005, p.19) ressaltando sobre a escola como “a instituição que em tese deveria educar respeitando particularidades [...] termina por ensinar a dissimulação, a obrigação de rejeitar em si mesmos tudo o que os diferencia da maioria”.

Assumir uma condição sexual divergente da convencional é um ato político que pode onerar o agente a um alto preço de estigma, como ressalta Braz, Vieira e Bussoletti (2013). Portanto, assumir a homossexualidade não parece ser algo fácil para um professor, visto que também para Louro (2013) a escola é um dos lugares mais difíceis para alguém assumir a homossexualidade.

A segunda tabela apresenta os dados sobre o envolvimento dos professores homossexuais nos movimentos contra a homofobia.

TABELA 2 – Participação dos professores homossexuais nos movimentos contra a homofobia.

Vivências	Variáveis						Total	
	Nunca		Alg. vezes		Muitas Vz.		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Recebe queixas de outros professores homossexuais por serem vítimas de homofobia	8	40,0	9	45,0	3	15,0	20	100,0
Alia-se às vítimas de homofobia	0	0,0	7	58,3	5	41,7	20	100,0
Participa de atividades sociais contra preconceitos sexuais	9	45,0	5	25,0	6	30,0	20	100,0

Obs.: Os percentuais da vivência “Alia-se às vítimas de homofobia” foram calculados com base no número de sujeitos que responderam afirmativamente à vivência anterior “Recebe queixas de homossexuais por serem vítimas de homofobia” (n=12).

Dos vinte sujeitos investigados 12 (60%) já receberam queixas de colegas sobre serem vítimas de homofobia e afirmaram abraçar a causa, aliando-se às vítimas. Constatou-se que a homofobia está presente nesses ambientes pesquisados atingindo os professores homossexuais. Em estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), no ano de 2009, em 501 escolas públicas brasileiras, envolvendo toda a comunidade escolar, 87,3% dos entrevistados demonstraram preconceito em relação a orientações sexuais não enquadradas no padrão social vigente, incluindo a homofobia, segundo (TORRES, 2013). No entanto, não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse o envolvimento de professores em casos de homofobia contra estes profissionais.

Onze (55%) dos sujeitos afirmaram participar de atividades sociais contra preconceitos sexuais, mas essas atividades não foram especificadas. A literatura pesquisada não aborda, diretamente, a luta social de professores homossexuais contra a homofobia, porém, a escola aparece nesses estudos sempre como espaço ideal para proporcionar a reflexão sobre os preconceitos. Neste sentido, Molina e Figueiró (2012, p. 74) afirmam que existe uma

[...] necessidade de fortalecermos as propostas de educação para o respeito à diversidade sexual no ambiente escolar, não somente como proteção aos alunos, mas a todos que convivem e fazem parte do corpo escolar, para assim podermos reduzir os danos causados pelo preconceito, e fundamentalizar uma ação educativa capaz de debater questões referentes à sexualidade junto à sociedade.

A terceira tabela apresenta os dados sobre como o sentimento e comportamento homofóbico de outrem prejudica os professores homossexuais.

TABELA 3 – Como o sentimento e o comportamento homofóbico de outrem afeta os sentimentos dos professores homossexuais.

Vivências	Variáveis						Total	
	Nunca		Algumas Vz.		Muitas Vz.		n	%
	n	%	n	%	n	%		
A homofobia, na qualidade de "sentimento do outro" lhe afeta	7	35,0	8	40,0	5	25,0	20	100,0
Na qualidade de "comportamento do outro", a homofobia lhe afeta	4	20,0	9	45,0	7	35,0	20	100,0
Acredita que os homofóbicos sofrem por terem esse sentimento	2	10,0	6	30,0	12	60,0	20	100,0

Treze (65%) dos sujeitos investigados sentem-se afetados pelo sentimento homofóbico de outrem, enquanto dezesseis (80%) dos sujeitos sentem-se pelo comportamento. Consta-se que, os sujeitos investigados são mais afetados pelo comportamento do que pelo sentimento homofóbico de outrem. É possível que este resultado esteja ligado ao fato de que, geralmente, os comportamentos homofóbicos sejam disseminados com atos de violência, que segundo Furlani (2009, p. 164) “[...] vão desde agressão verbal até o extermínio – a morte”.

Conforme o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil no ano de 2012, as violências físicas contra homossexuais aparecem em terceiro lugar nos dados do poder público durante este ano, sendo as lesões corporais com 59,35% do total de violências físicas, e os maus tratos, com 33,54% (BRASIL, 2012).

Dezoito (90%) dos sujeitos acreditam que os homofóbicos sofrem por expressar o sentimento de homofobia. Os estudos de Junqueira (2009) e Borrillo (2009) condizem com o resultado encontrado. Para Borrillo (2009) são inúmeros os fatores psicológicos que fazem os homofóbicos sentirem abjeção aos homossexuais. Corroborando, Junqueira (2009, p. 29) sobre a homofobia ressalta que “tais sentimentos de insuportabilidade e insegurança também constituem uma forma de sofrimento [...]”.

A tabela quatro apresenta os dados referentes ao apoio e as influências familiares na vida do professor homossexual.

TABELA 4 – Influências familiares na vida do professor homossexual.

Vivências	Variáveis						Total	
	Nunca		Algumas Vz.		Muitas Vz.			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Tem o apoio da família em relação a sua orientação sexual	4	20,0	6	30,0	10	50,0	20	100,0
Seus familiares lhe defendem quando você sofre homofobia	1	5,2	6	31,6	12	63,2	20	100,0
Recebeu influências familiares em relação a sua escolha profissional	11	55,0	7	35,0	2	10,0	20	100,0

Obs.: Os percentuais da vivência “Seus familiares lhe defendem quando você sofre homofobia” foram calculados com base em 19 sujeitos, pois um sujeito não respondeu nenhuma das alternativas, considerado como um dado perdido.

Dezesseis (80%) dos sujeitos investigados afirmaram que recebem o apoio da família em relação a sua orientação sexual. Dezoito (94,8%) dos sujeitos afirmaram

que são defendidos pelos seus familiares diante da homofobia. Contudo, Junqueira (2009) e Mello, Grossi e Uziel (2009) afirmam que a escola e a família são as duas principais instituições que, além de excluir os sujeitos homossexuais, ainda contribuem para legitimar os preconceitos. Para Mello, Grossi e Uziel (2009, p.166) “[...] a discriminação em relação à homossexualidade começa muitas vezes na própria família, locus, em geral, de acolhimento e de fortalecimento das diferenças para o enfrentamento das adversidades sociais, [...]”. Ainda, segundo Borrillo (2009, p 33) “O homossexual sofre solitário o ostracismo ligado a sua homossexualidade, sem nenhum apoio de seus próximos e frequentemente em um ambiente familiar hostil”.

Onze (55%) afirmaram que não receberam influências da família para a sua escolha profissional. Sobre essa questão não foram encontradas, diretamente, pesquisas sobre influências familiares na profissão de professores homossexuais. Segundo Ferreira (2007) em pesquisa realizada com homossexuais que trabalhavam em órgãos públicos e privados de Brasília-DF, os sujeitos escolheram suas profissões por afinidade e pelo incentivo da família.

A quinta tabela apresenta os dados sobre as reações dos professores homossexuais a comportamentos homofóbicos por funcionários ou pelos seus pares no ambiente de trabalho. Neste bloco, os professores não deveriam assinar as três primeiras questões, se estes não vivenciassem situações homofóbicas direcionadas a ele por seus pares no ambiente de trabalho.

TABELA 5 – Reações do professor homossexual a comportamentos homofóbicos no ambiente de trabalho

Vivências	Variáveis						Total	
	Nunca		Algumas Vz.		Muitas Vz.		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Sente-se menosprezado quando sofre homofobia por parte de professores	17	85,0	3	15,0	0	0,0	20	100,0
Sente-se menosprezado quando sofre homofobia por parte de funcionários	16	80,0	3	15,0	1	5,0	20	100,0
Sente-se menosprezado quando sofre homofobia por parte de alunos	13	65,0	7	35,0	0	0,0	20	100,0
Já foi obrigado a silenciar sua homossexualidade no ambiente de trabalho	11	55,0	5	25,0	4	20,0	20	100,0
Já foi obrigado a ocultar manifestações de afeto aos alunos por temer ser acusado de assédio sexual	8	40,0	5	25,0	7	35,0	20	100,0

Dezessete professores (85%) dos sujeitos investigados expressaram não sentirem-se menosprezados quando sofrem homofobia por parte de professores. Dezesesseis (80%) afirmaram não sentirem-se menosprezados em relação à homofobia por parte de funcionários, e treze (65%) em relação aos alunos.

Constata-se que os sujeitos investigados não se importam tanto com a homofobia sofrida por parte dos colegas de trabalho e outros funcionários, quanto sofrida pelos alunos. Para Braz, Vieira e Bussoletti (2013) as representações dos professores como docentes não traz rígidas referências aos alunos, até estarem ancoradas na questão da sexualidade. Para estes autores a sexualidade normal do indivíduo representada pela heterossexualidade denota moralidade quanto aos padrões de ética profissional. Tal fato pode fazer com que os professores homossexuais nas relações com os alunos escondam traços de sua orientação sexual (BRAZ; VIEIRA; BUSSOLETTI, 2013).

É possível que se os professores escondem estes traços, o fazem pelo entendimento de que as representações dos alunos são de que estes professores precisam ser detentores de uma moralidade sexual normal. Mesmo que colegas de trabalho e funcionários o representem da mesma forma, o universo investigado desta pesquisa pode sofrer mais quando a homofobia ocorre por parte dos alunos, pela relação de convivência com estes, e o grau de importância a este público, diante do que pensam sobre seu caráter profissional.

Segundo Almeida (2009 apud Braz; VIEIRA; BUSSOLETTI 2013, p.29), alguns professores quando questionados por alunos no tocante às suas identidades sexuais e de gênero, utilizam a estratégia de intervir de maneira imediata assumindo suas sexualidades e questionando seus lugares como pessoas humanas e profissionais. Tal estratégia ameniza as agressões e até estabelece novos laços nas relações entre os sujeitos. No entanto, outros professores não permitem a discussão de suas vidas pessoais em sala de aula (ALMEIDA, 2009).

Nove professores (45%) afirmaram que se sentem obrigados a silenciar suas homossexualidades no ambiente de trabalho. A pressão vivida por estes sujeitos para silenciar a homossexualidade pode está associado ao exercício da pedagogia da sexualidade instalada na escola. Para Louro (2013a, p. 30)

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é

exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras.

Este resultado pode implicar em mais uma afirmação de Louro (2013, p. 26), quando afirma que as pessoas homossexuais que expressam suas sexualidades em ambiente escolar “[...] são alvo imediato de redobrada vigilância, ficam ‘marcados’ como figuras que se desviam do esperado, por adotarem atitudes ou comportamentos que não são condizentes com o espaço escolar”.

Doze professores (60%) afirmaram que ocultam manifestações de afeto aos alunos por temer serem acusados de praticar assédio sexual. Este resultado encontra-se convergente com os resultados do estudo de Fagundes; Alves (2013) com professores homossexuais, que afirmam ser possível observar a insegurança nas relações afetivas em ambiente escolar.

A sexta tabela apresenta dados sobre se as possíveis vivências homofóbicas na escola estão interferindo na construção da auto-realização profissional de professores homossexuais.

TABELA 6 – Auto realização profissional de professores homossexuais frente a vivências homofóbicas no ambiente de trabalho

Vivências	Variáveis						Total	
	Nunca		Algumas Vz.		Muitas Vz.		n	%
	n	%	n	%	n	%		
O preconceito homofóbico já ameaçou sua realização profissional	17	85,0	3	15,0	0	0,0	20	100,0
Já se decepcionou com a Escola pelo número de vezes que presenciou a homofobia nela	10	50,0	8	40,0	2	10,0	20	100,0
Já pensou em mudar de profissão por causa do preconceito homofóbico na Escola	20	100,0	0	0,0	0	0,0	20	100,0

Dezessete (85%) dos sujeitos afirmaram que o preconceito homofóbico não ameaça a realização profissional. Este resultado encontra-se condizente com a pesquisa segundo Almeida (2009 apud BRAZ; VIEIRA; BUSSOLETTI, 2013) sobre o preconceito homofóbico em relação à projeção profissional dos sujeitos. Para estes autores o fato do professor não ser heterossexual, não supõe dizer que sua carreira profissional seja prejudicada.

Por outro lado, Ferreira (2007) em pesquisa realizada sobre homossexuais em seus ambientes de trabalho, observou que muitas vezes o ambiente é determinante quanto à decorrência ou não do nível de satisfação profissional. Para este autor “[...] em ambientes hostis dotados de preconceito e retaliações aos homossexuais, o resultado seria o decréscimo do nível de satisfação, vez que o indivíduo passaria a lidar com atitudes homofóbicas [...]” Ferreira (2007, p. 80).

Corroborando, os estudos de Junqueira (2007) ainda apresentam que a homofobia na escola pode afetar o bem-estar subjetivo, incluindo as relações sociais e as expectativas de sucesso profissional. Assim, a homofobia presente no ambiente de trabalho dos sujeitos pesquisados parece de alguma forma, não “afetá-los”, quando demonstram que a preocupação na realização profissional supera o preconceito homofóbico existente na escola.

Dez (50%) dos sujeitos afirmaram que já se decepcionaram com a instituição educacional sobre comportamentos homofóbicos. É possível que este resultado esteja ancorado na afirmação de Pocahy, Oliveira e Imperatori (2009, p. 119), quando estes ressaltam que “No ambiente escolar, a homofobia está presente no cotidiano das relações interpessoais, em diversas piadas e brincadeiras, sendo muitas vezes banalizada”. Percebe-se que se espera uma contribuição positiva da escola no combate à discriminação, já que podem visualizar nesse ambiente o desdém sobre estes fatos.

Ademais, como expressam Lionço e Diniz (2009, p. 12) que:

apesar do notório investimento do Ministério da Educação em ações de enfrentamento do sexismo e da homofobia, a identificação e o questionamento de tabus e preconceitos relativos à sexualidade, necessários ao combate a práticas discriminatórias na escola, ainda requerem amplos esforços para a superação de estigmas e violências, reais e simbólicas.

Os resultados encontrados dos sujeitos que não se decepcionam com a escola sobre as ocorrências de comportamentos homofóbicos, podem está associados à ideia de que a escola ainda é “[...] um local privilegiado para a construção de uma consciência crítica e de desenvolvimento de práticas de respeito à diversidade e aos direitos humanos” (BRASIL, 2007, p. 44).

Vinte professores (100%) dos sujeitos investigados não pensam em mudar de profissão por causa do preconceito homofóbico existente na escola. Apesar dos

resultados encontrados mostrarem que a homofobia afeta, de alguma forma, os sujeitos deste universo pesquisado, estes se sentem firmes diante da profissão escolhida, e se percebem como competentes para assumi-la.

É possível que estes dados estejam associados aos estudos sobre a visibilidade do docente homossexual no contexto escolar, segundo Fagundes e Alves, (2013, p. 9) quando ressaltam que este professor é “[...] capaz de contribuir com a formação dos sujeitos críticos e participativos de forma eficiente”, mesmo ainda, como continuam afirmando, que este não seja compreendido, dessa forma, pela comunidade escolar (FAGUNDES; ALVES, 2013).

Segundo Furlani (2009, p. 163) “Aquilo que aprendemos a valorizar e a guardar como valores de vida, nada tem a ver com a nossa orientação sexual”. Percebe-se que os sujeitos investigados demonstram valorizar os aspectos da vida profissional, e em nada as vivências homofóbicas interferem na auto realização, e nem se torna um empecilho às vivências pessoais e profissionais destes sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca em analisar as vivências de professores homossexuais diante da homofobia em seus ambientes de trabalho, a presente pesquisa revelou, que a ênfase nos discursos sobre esta temática ainda encontra-se incipiente. Além disso, os discursos existentes sobre a homofobia em sua maioria se reverberam mais em relação à educandos homossexuais, e como a escola e os professores devem lidar com essa problemática no ambiente escolar.

O diálogo entre os estudos teóricos e os resultados permitiu constatar que a homofobia está presente no ambiente de trabalho dos sujeitos investigados, e que esta é um problema social que desencadeia situações constrangedoras, discriminações, e em alguns casos agressões contra os homossexuais.

De uma forma geral, ficou evidente que os homossexuais apesar de não se sentirem excluídos no ambiente de trabalho, a homofobia os afeta, quando ainda se comportam escondendo a orientação sexual, por temer estigmatizações. Constatou-se que o acolhimento familiar a estes sujeitos tem sido imprescindível. Percebe-se que este apoio influencia diretamente no comportamento destes sujeitos diante da vida, dos impasses na construção da identidade pessoal e profissional, principalmente, quando surgem atitudes homofóbicas direcionadas a estes.

Percebe-se diante dos resultados que os comportamentos homofóbicos direcionados aos sujeitos desta pesquisa não é um empecilho às vivências pessoais e nem profissionais destes. O respeito a si mesmo, e a postura adotada em relação à profissão e a orientação sexual fazem com que estes sujeitos consigam superar a homofobia, e se sintam profissionais competentes, mesmo havendo estigmatizações sobre sua orientação sexual na escola.

Os resultados ainda mostram que a homofobia causa sofrimento. Porém, dependendo da subjetividade de cada indivíduo, este sofrimento pode se incidir de diversas formas e em graus diferentes. Em detrimento ao quanto à homofobia afeta, percebeu-se ser necessária uma inserção mais apurada da problematização dessa discriminação na escola.

Pois, observa-se que a homofobia ocorre quando há ausência destes discursos, o que acaba causando a intensificação das estigmatizações e

segregações, quando não trabalhados com a ênfase no exercício do respeito aos direitos humanos, independentes de qual seja a orientação sexual dos sujeitos.

Nota-se que militar contra a homofobia na escola, depende muito do quanto se está envolvido e interessado em contribuir para a desconstrução deste preconceito. Contudo, a escola como instituição formadora deve aliar-se a esta militância, visto está presente em seu contexto sujeitos com diversas culturas e identidades sexuais.

Esta pesquisa trouxe contribuições, uma vez que se revela como propulsora para a realização de outras pesquisas e seus resultados reflexões em torno de comportamentos homofóbicos, muitas vezes, nem percebidos por aqueles que os expressam. E ainda, a ressignificação de valores, quando se percebe que em uma sociedade heteronormativa pode ocorrer à influência de tornar naturais os comportamentos homofóbicos.

Nesta perspectiva, diversos temas de pesquisas em relação aos professores homossexuais podem surgir, levando em consideração a família e escola, formação profissional, entre outros. As realizações de pesquisas sobre este tema pode minimizar preconceitos e contribuir para mostrar o quanto a homofobia é nociva à sociedade. Deste modo, o quanto também a militância necessita ser inserida na escola diante das políticas públicas e instâncias maiores da educação, para auferir um melhor desenvolvimento de formação profissional sobre o tema em questão, já que a discussão ainda é irrelevante no ambiente escolar.

Conclui-se que a visibilidade do sujeito homossexual ainda se encontra desfavorável no ambiente escolar. Referente à homossexualidade, esta ainda é um tipo de prática sexual dificilmente de ser aceita na sociedade, por ser vista como uma forma antinatural das pessoas se relacionarem.

É possível que esta visão acabe produzindo apenas a tolerância ao homossexual, e nem sempre o respeito pelo sujeito como pessoa, o que afere a este à homofobia, um sentimento que segrega e se dá pela ausência desta problematização nos espaços da sociedade.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. Movimentos Indenitários e direitos Humanos. In: **Psicologia e Direitos humanos – Práticas psicológicas: compromissos e comprometimentos**, Brasília - Conselho Federal de Psicologia, 2001.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Lionço, Tatiana; Debora Diniz (Org.), Brasília - Letras Livres: EdUnB, 2009.

BRASIL, **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012.

_____. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Brasília, Secad/MEC, 2007.

_____. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação** - Ministério da Saúde, Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, 2004. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em 15 de junho de 2014.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 24 de junho de 2014.

BRAZ, Eliana Peter; VIEIRA, Jarbas; BUSSOLETTI, Denise. **O professor e o armário: lugares de saber, poder e resistência na escola**. Universidade Federal de Pelotas, 2013. Disponível em: <http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/viewFile/276/240>. Acesso em 05 de junho de 2014.

CONCEIÇÃO, Thiago Augusto de Oliveira da. **Práticas de gênero e sexualidade: a produção discursiva Sobre o/a professor/a homossexual na docência primária**, 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Currículo e Formação de Professores, Belém: Universidade Federal do Pará, 2012.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Sexualidade, cristianismo e poder**. 2010. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/8909/6791>. Acesso em 29 de julho de 2014.

FAGUNDES, Mariza Mendes de Souza; ALVES, Cynara Adriana Sento-Sé Magalhães Cordeiro Celestino. **Visibilidade do docente homossexual no contexto escolar:** relações e vivências - Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2013/06/Visibilidade-do-docente-homossexual-no-contexto-escolar-rela%C3%A7%C3%B5es-interpessoais-e-viv%C3%A2ncias.pdf> Acesso em 01 de agosto de 2014.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **Por uma genealogia do conceito homofobia no brasil:** da luta política lgbt à um campo de governança, 2012. Disponível em: http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7_artigo10.pdf. Acesso em 20 de maio de 2014.

FERREIRA, Renata Costa. **O gay no ambiente de trabalho:** análises do efeito de ser gay nas organizações contemporâneas, 2007. 126 f. Dissertação (Mestrado em Administração em empresas) Brasília-DF: Universidade de Brasília 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque –Rio de Janeiro, 23 ed. Edções Graal, 2013.

FURLANI, Jimena. **Mitos e tabus da sexualidade humana:** subsídios ao trabalho em educação sexual – 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FRANCO, Neil. **A diversidade entra na escola:** histórias de professores que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero, 2009. 239 f. Dissertação Pós-graduação e Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: **Sexualidade: o olhar das ciências sociais.** Rio de Janeiro: ed. Zahar, 1999.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas** - Paula Regina Ribeiro (Org.) – Rio Grande, Editora da FURG, 2007.

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: UNESCO, 2009.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: **Diversidade Sexual na Educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Org. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.

_____. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: UNESCO, 2009.

LOYOLA, Maria Andréa. A sexualidade como objeto de estudo das ciencias humanas. In: **Sexualidade: o olhar da ciências sociais**. Luiza Heilborn(Org.) – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

MELLO, Luiz; GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula. **A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil**. In: **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas** Alfabetização e Diversidade, UNESCO, Brasília: MEC, SEC, 2009.

MISKOLCI, Richard. Um Corpo Estranho na Sala de Aula. In: **Afirmando Diferenças: montando o quebra cabeça da diversidade da Escola**. Abramowicz, Anete; Silvério, Valter Roberto. (Orgs.). 1 ed. Campinas: Papirus, 2005.

MOLINA, Luana; FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 7, n. 2, 2012. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5392/0>. Acesso em 15 de agosto.

MOTT, Luiz. **Homo-afetividade e direitos humanos**. Florianópolis: Estudos Feministas, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a11v14n2.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2014.

_____. **A revolução homossexual: o poder de um mito**, 2001. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/49/04-luizmott.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2014.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisa em Administração, São Paulo, v1 n 3, 1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acesso em 05 de junho de 2014.

NICOLIELO, Bruna. Desafio: tratar de sexo. **Revista Nova Escola**. Educação sexual. Rio de Janeiro: Abril, n.191, 2013.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 24 de junho de 2014.

POCAHY, Fernando. **Rompendo o silêncio**: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea, Porto Alegre: Nuances, 2007.

POCAHY, Fernando; OLIVEIRA, Rosana de; IMPERATORI, Thaís. **Cores e dores do preconceito**: entre o boxe e o balé. In: Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília: UNESCO, 2009.

POPE, Catherine; MAYS, Nick. **Qualitative research**: Reaching the parts other methods cannot reach: An introduction to qualitative methods in health and health services research, BMJ, 1995.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Org. Guacira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo Livre de Consentimento para os sujeitos partícipes da pesquisa



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, S/N, Casas Populares, Cajazeiras - PB
CEP: 58.900.000 - Fone: (83) 3532-2000

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Vivências homofóbicas de professores homossexuais em seus ambientes de trabalho
Pesquisadora responsável: Nyedja Nara Furtado de Abrantes**

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário em uma pesquisa que analisa como os professores homossexuais vivenciam casos de homofobia, direcionados a si ou a outros, nas escolas em que trabalham. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma e pode desistir a qualquer momento.

1. Qual o objetivo desta pesquisa?

Analisar vivências homofóbicas de professores homossexuais em seus ambientes de trabalho.

2. Quais os critérios para participar?

Você deve ser homossexual, ter idade igual ou maior que 18 anos e precisa ser professor em atividade no ensino fundamental, no ensino médio ou na graduação.

3. O que acontecerá neste estudo?

A estudo será realizado através da aplicação de questionário auto-aplicável com duração aproximada de 20 minutos. O mesmo será entregue a você e, depois de respondido, deverá ser devolvido e lacrado em um envelope, sem identificação.

4. Quais as implicações em participar deste estudo?

A sua colaboração neste estudo poderá proporcionar, no âmbito pessoal e no âmbito coletivo, a compreensão das vivências homofóbicas ocorridas em ambientes escolares, permitindo benefícios futuros para si e para as outras pessoas.

5. Quais os inconvenientes em participar deste estudo?

Este projeto não acarretará gastos para você, nem haverá qualquer tipo de benefício financeiro para que você participe dele. A pesquisadora e o seu orientador também não serão remunerados.

6. Quais as garantias ao participar deste Estudo?

O único risco que este projeto oferece aos seus participantes é o de identifica-lo. Para im que isso possa ocorrer, suas informações serão tratadas confidencialmente e o consentim....., contendo seu nome, será arquivado de maneira independente dos seus dados gerais. Os resultados deste estudo poderão ser enviados para publicação em jornais científicos, mas você não será identificado por nome.

7. Esclarecimentos.

Em caso de dúvidas você pode falar com qualquer um dos pesquisadores: José Rômulo Feitosa Nogueira, na Unidade Acadêmica de Educação/Centro de Formação de Professores /Universidade Federal de Campina Grande, pelo tel.: (83) 3532-2000, todos os dias à tarde, e com a pesquisadora Nyedja Nara Furtado de Abrantes, pelo telefone (83) 9102-3872.

CONSENTIMENTO

Eu _____,
RG _____, abaixo assinado, maior de 18 anos,
concordo em participar do presente estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela Pesquisadora _____
sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinatura do participante: _____

Local e data: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Local e data: _____

APÊNDICE B– Modelo de questionário aplicado aos professores investigados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, S/N, Casas Populares, Cajazeiras - PB
 CEP: 58.900.000 - Fone: (83) 3532-2000

Vivências homofóbicas de professores homossexuais em seus ambientes de trabalho
Pesquisadora responsável: Nyedja Nara Furtado de Abrantes

QUESTÕES	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Frequentemente
1 - Você já se sentiu excluído (a) ou vigiado (a) no seu ambiente de trabalho por ser um professor homossexual?	()	()	()	()
2 - No seu ambiente de trabalho, você percebe que as pessoas exigem mais de você por você ser homossexual ?	()	()	()	()
3 - Por ser homossexual, você sente necessidades de provar sua competência profissional em relação aos professores heterossexuais?	()	()	()	()
4 - Em relação a sua orientação sexual, a postura assumida por você dentro do seu ambiente de trabalho é a mesma fora dele?	()	()	()	()
5 - Você se comporta de maneira a atenuar a sua orientação sexual no seu ambiente de trabalho?	()	()	()	()
6 - Você recebe queixas de outros professores homossexuais por serem vítimas de homofobia?	()	()	()	()
7 - Se sua resposta à questão anterior foi positiva em algum grau, você se alia a vítima para resolver o caso?	()	()	()	()

8 - A homofobia, definida como <i>rejeição ou aversão ao homossexual e à homossexualidade</i> , é um sentimento preconceituoso pertencente a quem o sente. Porém, nem sempre o sentimento se expressa em comportamento. A homofobia, na qualidade de " sentimento do outro " lhe afeta?	()	()	()	()
9 - Você acha que os homofóbicos sofrem por terem esse sentimento, mesmo sem expressá-lo?	()	()	()	()
10 - Na qualidade de " comportamento do outro ", a homofobia lhe afeta?	()	()	()	()
11 - Você participa de atividades sociais que reúnem as mais diversas categorias de pessoas vítimas de preconceitos sexuais?	()	()	()	()
12 - Você tem o apoio da família em relação a sua orientação sexual?	()	()	()	()
13 - Você recebeu influências familiares em relação a sua escolha profissional?	()	()	()	()
14 - Seus familiares lhe defendem nos casos de homofobia direcionados a você?	()	()	()	()

QUESTÕES	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Frequentemente
15 - No seu ambiente de trabalho, ao vivenciar situações homofóbicas direcionadas a você emitidas por professores, você se sente menosprezado? <i>Assinale uma das alternativas somente se você as vivencia.</i>	()	()	()	()
16 - No seu ambiente de trabalho, ao vivenciar situações homofóbicas direcionadas a você emitidas por funcionários, você se sente menosprezado? <i>Assinale uma das alternativas somente se você as vivencia.</i>	()	()	()	()
17 - No seu ambiente de trabalho, ao vivenciar situações homofóbicas direcionadas a você emitidas por alunos, você se sente menosprezado? <i>Assinale uma das alternativas somente se você as vivencia.</i>	()	()	()	()
18 - Já existiram momentos em que você teve que silenciar sua homossexualidade no seu ambiente de trabalho?	()	()	()	()
19 - Já existiram situações em que você teve que ocultar manifestações de afeto aos alunos por temer que, por causa de sua orientação sexual, tais manifestações de afeto fossem confundidas com assédio sexual?	()	()	()	()

20 - O preconceito homofóbico no seu ambiente de trabalho já lhe ameaçou como um risco à sua realização profissional?	()	()	()	()
21 - Você já se decepcionou com a Escola enquanto Instituição/Organização Educacional, por achar que ela seria o âmbito em que a homofobia não deveria ocorrer na proporção em que ocorre?	()	()	()	()
22 - Você já pensou em mudar de profissão por causa do preconceito homofóbico no seu ambiente de trabalho?	()	()	()	()

AS INFORMAÇÕES A SEGUIR NÃO SERÃO ANALISADAS INDIVIDUALMENTE, ELAS SERÃO UTILIZADAS PARA TRAÇAR O PERFIL DO GRUPO PESQUISADO COMO UM TODO. TALVEZ, EM ALGUMA QUESTÃO VOCÊ PERCEBA QUE NÃO TEM NADA A INFORMAR. SE ISSO OCORRER, PODE DEIXAR EM BRANCO.

1 - Data de nascimento: ____/____/____	2 - Sexo: () Feminino () Masculino
3 - Atualmente, você tem relação estável com outra pessoa? () Sim () Não	
4 - Se a sua resposta foi sim à questão anterior, por favor responda:	
a - Vocês moram juntos na mesma casa/apartamento? () Sim () Não	
b - Se 'Sim', há quanto tempo? Responda em anos e/ou meses.	
5 - Graduação em:	6 - Tempo de graduado (a):
6 - Mestrado em:	7 - Doutorado em:
8 - Qual a sua renda mensal aproximada com base no salário mínimo vigente? () entre um e três () entre quatro e seis () entre sete e nove () dez ou mais	
9 - Há quanto tempo você exerce a docência?	
10 - Qual o nível (ano) que você leciona?	
11 - A escola que você leciona fica na: () Zona Urbana () Zona Rural	